

A INVISIBILIDADE DO PEDAGOGO NAS SALAS DE AULA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO OESTE

Maria Izabela de Oliveira Morais ¹
Ruan Damião Queiroz Gadêlha ²
Prof.^a Dra. Iandra Fernandes Caldas ³

RESUMO

O artigo apresenta uma análise sobre a invisibilidade do pedagogo homem, em sala de aula, com foco no contexto da cidade de São Francisco do Oeste/RN, ao investigar a participação de professores efetivos, com formação em Pedagogia, nos segmentos da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Ancorado em uma abordagem qualitativa e por meio de pesquisa de campo, os dados foram coletados junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município, revelando que, dentre os 11 profissionais efetivos atuantes nessas etapas de ensino, apenas 8 possuem formação em Pedagogia, sendo que apenas um deles é do gênero masculino. O referencial teórico, por sua vez, se baseia em autores como Yannoulas (2011), Rabelo e Martins (2010), Louro (1997), Caldas (2021) e Tanuri (2000), que discutem a feminização da docência e os fatores históricos e culturais que contribuíram para o afastamento dos homens da atuação em sala de aula. Os resultados da pesquisa demonstram como a associação social entre docência e atributos do cuidado, maternidade e afetividade fortaleceu a predominância feminina no magistério, contribuindo para a marginalização do pedagogo nas salas de aula. O estudo discute e evidencia que essa ausência não é apenas quantitativa, mas também simbólica ao passo que a figura masculina se torna uma exceção, reforçando estigmas sobre o gênero e reproduzindo estereótipos. A pesquisa propõe a ampliação do debate sobre a representatividade masculina no cenário docente, especificamente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, apontando para a necessidade de novas investigações que analisem as barreiras sociais e institucionais enfrentadas pelo pedagogo. Além de contribuir empiricamente para a comunidade científica, o presente trabalho sugere uma reflexão acerca dos papéis atribuídos a homens e mulheres na Educação, visando e favorecendo a construção de um cenário mais equitativo e plural na formação e exercício docente.

Palavras-chave: Invisibilidade do Pedagogo, Feminização Docente, Gênero, Representatividade.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, mariaizabelamorais@hotmail.com;

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, ruan20240015408@alu.uern.br;

³ Graduada em Pedagogia e Doutora em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, iandrafernandes@uern.br;



INTRODUÇÃO

A história da formação para a profissão docente no Brasil, especialmente no que diz respeito à educação de crianças, é marcada pela expressiva presença feminina nas salas de aula da Educação Básica. Todavia, tal realidade não existiu desde sempre. Durante muito tempo, as atividades relacionadas à educação eram exclusivas dos homens e o espaço escolar estava restrito ao domínio masculino, visto como lugar de produção e transmissão do saber.

Desse modo, torna-se fundamentalmente necessário compreender os processos históricos que resultaram na feminização da profissão docente e a consequente invisibilidade do pedagogo como profissional atuante no cuidado e na educação de crianças.

Neste sentido, objetivamos propor uma análise do quadro de professoras e professores efetivos, com formação em Pedagogia, que exercem a docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na rede pública da cidade de São Francisco do Oeste/RN. Os dados utilizados para tal análise foram fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura do referido município.

Portanto, este trabalho visa contribuir para uma reflexão crítica sobre as marcas e os estigmas que ainda permeiam a formação de Pedagogia e o exercício da docência, com foco na figura masculina, nos primeiros anos da Educação Básica, de forma que possa ampliar o debate acerca da representatividade masculina no cenário docente.

METODOLOGIA

Em um sentido etimológico, metodologia significa o estudo dos caminhos a serem seguidos, portanto, inclui-se também os procedimentos escolhidos para a coleta de dados, afirma Gonsalves (2001).

Sob esse viés, a abordagem escolhida para o presente trabalho é a qualitativa, sendo uma abordagem que se preocupa com a compreensão e interpretação dos dados, como destaca Gonsalves (2001). Este estudo possui o campo como o tipo de pesquisa, mediante visita presencial à Secretaria de Educação e Cultura do município de São Francisco do Oeste/RN, no período do mês de junho do ano de 2025.

Além disso, é de caráter público os dados requeridos para a realização desta pesquisa, os quais se referem à quantidade de pedagogos efetivos trabalhando na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das escolas da cidade de São Francisco do





Oeste/RN. Portanto, instrumentalmente, a obtenção destes se deu por meio de 2 (duas) perguntas feitas à secretária de educação do município – quantos profissionais efetivos e com formação em Pedagogia atuavam na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental; e quantos destes eram do gênero masculino –, as quais foram respondidas presencialmente e os dados fornecidos foram analisados de forma interpretativa com base nos autores estudados para a fundamentação teórica da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Diante da história da formação docente no Brasil, pode-se considerar que este é um processo complexo, marcado por uma série de acontecimentos que moldaram, ao longo do tempo, o perfil do(a) professor(a) e a forma como este profissional é preparado para o exercício da docência. Desde os tempos coloniais até os dias atuais, a construção da profissão docente envolveu disputas, resistências e iniciativas estatais que buscavam definir padrões de atuação e formação.

A formação inicial passou por modelos artesanais, Escolas Normais, Habilitação Específica para o Magistério (HEM) e o curso superior de Pedagogia, cada um refletindo os contextos políticos, sociais e econômicos de sua época. De acordo com Caldas, "são processos de disputas, negociações, campanhas, lutas por formação, por reconhecimento legal enquanto categoria profissional, por melhores condições de trabalho e remuneração" (CALDAS, 2021, p. 1670). Alguns destes processos resultaram em uma significativa feminização e feminilização do professorado e no consequente desaparecimento do professor homem das salas de aula, especialmente nas séries iniciais da educação básica.

Sendo assim, é notável como ainda é incomum ver homens atuando como pedagogos na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Tal realidade decorre de uma tendência histórica profundamente enraizada na feminização da docência, em que o cuidado e a educação das crianças pequenas são, majoritariamente, atribuídos socialmente às mulheres.

No entanto, o processo de feminização do magistério não pode ser analisado apenas sob aspectos quantitativos. É necessário compreender quais acontecimentos históricos fizeram com que a tarefa de ensinar e cuidar das crianças fosse socialmente atrelada à figura materna da mulher. Segundo Yannoulas (2011), há uma distinção essencial entre feminilização, que se refere ao aumento do número de mulheres em uma profissão, e feminização, que envolve mudanças simbólicas no valor e no significado social da ocupação. Como a autora explica:





Um significado quantitativo que optamos por denominar de feminilização: refere-se ao aumento do peso relativo do sexo feminino na composição de uma profissão ou ocupação; [...] e um significado qualitativo que denominaremos feminização, que alude às transformações de significado e valor social de uma profissão ou ocupação. (YANNOULAS, 2011, p. 271).

Com a abertura do magistério às mulheres, passou-se a desqualificá-las e desvalorizá-las por meio de um discurso de falsa igualdade de gênero, limitando suas competências profissionais ao suposto "dom natural" do cuidado, baseado em características emocionais e morais. Este dom, por sua vez, era considerado inadequado para outras funções no espaço público, como pontuam Rabelo e Martins (2010).

Durante séculos, as mulheres tiveram suas atividades restritas ao âmbito doméstico — ao cuidado da casa e dos filhos. Eram privadas do direito à educação, sendo a maternidade vista como sua principal (e muitas vezes única) função. Segundo Rabelo e Martins (2010), a única participação pública permitida às mulheres era limitada às atividades religiosas, ou seja, atividades relacionadas à eventos da Igreja.

Contudo, novas perspectivas emergem a partir da segunda metade do século XX. As mulheres passam a ocupar de forma mais significativa o espaço da sala de aula, sustentadas por uma concepção que entendia a educação da infância como uma extensão natural de seu papel de mãe. Sob esse viés, Caldas (2021) observa que a ideia de que a responsabilidade pela educação das crianças caberia às mulheres, por ser uma extensão natural de sua função materna, passou a ser amplamente defendida por intelectuais e governantes da época. Paralelamente, a inserção feminina no magistério passou a ser considerada uma alternativa viável para atender à crescente demanda por mão de obra nas escolas primárias.

Por isso, atualmente, a feminização da docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental não deve ser compreendida apenas como reflexo da expressiva presença feminina nestes níveis de ensino, mas como consequência de um processo histórico marcado por construções sociais.

Desta forma, é possível compreender que a predominância de mulheres na docência nesses segmentos não resulta de uma escolha natural ou vocacional, mas sim de uma sociedade patriarcal e um percurso histórico permeado por relações de gênero que associam o magistério ao cuidado e à maternidade. Esta associação contribuiu, ao longo do tempo, para a desvalorização simbólica e material da profissão, muitas vezes ocultando seu caráter profissional pedagógico. Reconhecer tais fatos é essencial para desconstruir estereótipos e promover uma nova compreensão da docência, como uma prática profissional qualificada e indispensável à formação para a cidadania.





RESULTADOS E DISCUSSÃO

Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

No que se refere aos resultados da pesquisa, observa-se que, no recorte realizado sobre os segmentos da educação em São Francisco do Oeste/RN, atuam atualmente 11 (onze) professores efetivos na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede pública municipal. Esse número já é considerado reduzido, especialmente ao se levar em conta que a área urbana da cidade conta com 2 (duas) instituições de ensino.

Dentre esses 11 (onze) docentes, apenas 8 (oito) possuem formação em Pedagogia. Os outros 3 (três) profissionais têm formação no Curso de Magistério, o que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), permite o exercício da docência. A LDB, instituída pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece em seu Artigo 62 que a formação em nível médio, na modalidade normal, habilita o profissional a atuar na educação básica.

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Lei nº 9.394/96, art. 62).

Ademais, outro fator relevante no que diz respeito aos dados coletados e que foi determinante na construção deste trabalho é o gênero destes profissionais. Primeiramente, faz-se necessário enfatizar que o gênero de todas as 3 (três) pessoas que possuem o Curso de Magistério é feminino, levantando uma hipótese de que isso pode acontecer em virtude do contexto histórico em que, “o magistério feminino apresentava-se como solução de mão de obra para a escola primária, pouco procurada pelo elemento masculino em vista da reduzida remuneração” (TANURI, 2000, p. 66).

Tal realidade evidencia o fato de que a presença das mulheres na docência não foi motivada, em primeiro plano, por uma valorização de suas capacidades pedagógicas, mas sim por uma lógica funcional e econômica. O trabalho docente nos primeiros anos da educação básica era (e, em muitos contextos, ainda é) mal remunerado e, por isso, socialmente pouco atrativo aos homens – tradicionalmente associados ao sustento financeiro da família.

Dessa forma, as mulheres foram incorporadas ao magistério como uma alternativa viável e barata de suprir a demanda por professores nas escolas primárias. Essa escolha, embora tenha aberto espaço para a atuação feminina na educação, também consolidou a desvalorização do trabalho docente, ao associá-lo à extensão das funções maternas e aos





baixos salários. Portanto, Tanuri fortalece a compreensão sobre como a construção histórica do magistério feminino esteve imbricada em fatores de ordem econômica e sociocultural, reforçando estereótipos de gênero e contribuindo para a precarização da profissão.

Além disso, esse desinteresse dos homens da época ocasionou o desprestígio do Ensino Normal, fazendo com que fosse criada a Habilitação Específica para o Magistério (HEM), formação que estas 3 (três) professoras mulheres efetivas do município de São Francisco do Oeste possuem, e assim, elevou-se ainda mais a predominância feminina. Bem como, Tanuri estabelece que,

(...) já se delineava [...] a participação que a mulher iria ter no ensino brasileiro. A ideia de que a educação da infância deveria ser-lhe atribuída, uma vez que era o prolongamento de seu papel de mãe e da atividade educadora que já exercia em casa, começava a ser defendida por pensadores e políticos. (TANURI, 2000, p. 66).

Deste modo, torna-se relevante considerar as possíveis razões históricas que explicam esse cenário. No que se refere aos 8 (oito) professores com formação em Pedagogia que atuam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, todos ocupando cargos efetivos no município de São Francisco do Oeste/RN, nota-se uma predominância do gênero feminino. Entre eles, apenas 1 (um) é do gênero masculino, enquanto os demais são mulheres, o que reforça a histórica feminização docente nesses segmentos.

Em vista disso, tal informação leva ao questionamento dos motivos da ausência de representatividade masculina neste cenário. Segundo Yannoulas (1992), o novo significado da profissão estaria repleto de achismos em torno de uma argumentação ecológica, que se trata da função biológica e social que se espera das mulheres em relação às suas famílias, seus lares e filhos. Sendo assim, “se considerarmos que profissão é uma atividade laboral que requer uma preparação ou qualificação específica, a profissão docente redefinida era ideal para as mulheres, pois outorgava uma formação específica para duas funções: professora e mãe.” (YANNOULAS, 2011, p. 279).

O resultado desta transformação na identidade docente, mediante algo cultural e social, deve implicar na reduzida participação da figura masculina no que tange à atuação em sala de aula nos segmentos da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Isso reflete tanto no baixo índice de interesse dos homens em ocuparem a maioria das vagas dos cursos de Pedagogia, como, principalmente, nas oportunidades de emprego, fazendo com que a contratação seja sempre direcionada a mulheres.

Deve-se salientar que este pouco interesse das pessoas do gênero masculino em ingressarem na graduação de Pedagogia, e com isso, nunca formarem maioria em suas turmas,





que se dá pela visão e função erroneamente atribuídas à profissão – diante do olhar maternal colocado como ideal para o profissional –, e reforçado mais ainda por aqueles que estão à frente de instituições de ensino e que poderiam/deveriam mudar tal realidade. Sendo assim, estes buscariam valorizar o pedagogo, oferecendo-lhes a oportunidade de estar em sala de aula, e desta forma, acabariam com o estigma de que o pedagogo, quando formado, deve procurar outras áreas de atuação, visto que, para atuar em sala de aula, dificilmente tem oportunidades.

Este fato é também fundamentado a partir de um aspecto histórico, pois como estabelece as autoras Rabelo e Martins (2010),

Os homens que se dedicavam à educação, no decorrer do século XX, apresentavam facilidades de promoção na carreira do magistério e no sistema educacional em geral. Já as mulheres tinham uma ascensão profissional muito difícil, o que as fazia continuar na carreira de professora primária por longo tempo. [...] Os homens tinham privilégios na área educacional, pois eram considerados como melhores “líderes” e frequentemente ascendiam a outros cargos (como direção, inspeção, funções técnicas e administrativas, professores da Escola Normal), abandonando o “espaço feminino” da sala de aula (DEMARTINI e ANTUNES, 1993). (RABELO e MARTINS, 2010, p. 6172 e 6173).

logo, isso contribui para a crença de que o pedagogo atua melhor em outros cargos de sua competência, mas não na sala de aula.

Diante deste contexto, o principal divisor de águas para a feminização da docência foi um conjunto multifatorial de transformações sociais e culturais, que ocorreram entre os séculos XIX e XX, como a institucionalização da escola pública, a valorização da ideia de docência como extensão do papel materno e a baixa remuneração dos professores do ensino primário. Sendo assim, o magistério passou a ser algo *permitido* para mulheres e, por sua vez, aos poucos foi sendo *direcionado* para elas, conforme Louro (1997), e em muitos contextos, tornando-se quase exclusivos a mulheres, devido à associação entre gênero e profissão docente.

Contudo, ainda haviam professores homens atuantes mesmo com a entrada de mulheres neste âmbito, visto que a docência, primeiramente, era considerada uma profissão masculina e, somente ao longo do tempo, foi passando por tais transformações sociais na identidade docente, contribuindo para haver, atualmente, uma predominância do gênero feminino atuando em salas de aula. Porém,

Embora professores e professoras passem a compartilhar da exigência de uma vida pessoal modelar, estabelecem-se expectativas e funções diferentes para eles e para elas: são incumbidos de tarefas de algum modo distintas, separados por gênero (senhoras “honestas” e “prudentes” ensinam meninas, homens ensinam meninos), tratam de saberes diferentes (os currículos e programas distinguem conhecimentos e





habilidades adequados a eles ou a elas), recebem salários diferentes, disciplinam de modo diverso seus estudantes, têm objetivos de formação diferentes e avaliam de formas distintas. (LOURO, 1997, p. 95 e 96).

IX Seminário Nacional do PIBID

Por este motivo e a partir disso, inicia-se um processo de argumentação a favor da instrução feminina, em virtude da associação de que as mulheres educavam seus alunos como seus filhos, como constata Louro (1997).

Em síntese, é relevante observar que, até 2 (dois) séculos atrás, o homem era o protagonista na história da atuação docente, no entanto, nos dias atuais, o pedagogo enfrenta o desafio de sua invisibilidade em cargos para atuação em sala de aula. Tal observação pode ampliar o foco para as razões pelas quais a figura masculina foi perdendo sua predominância nesta profissão e para como este debate deveria ser pautado com mais frequência nos âmbitos acadêmicos e institucionais, pois, se a feminização docente aconteceu, principalmente, por uma valorização da mulher que educa sob uma lente de maternidade, logo, neste caso, há um sujeito sobrecarregado de funções em sua atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referida pesquisa buscou evidenciar a invisibilidade do pedagogo em sala de aula, estabelecendo como objeto de estudo o quadro de pedagogos efetivos da cidade de São Francisco do Oeste/RN, além disso, destacando como a feminização da docência contribuiu para a consolidação de tal realidade. O olhar social que associa a docência nos primeiros anos escolares, especificamente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, aos traços do cuidado, da afetividade e da maternidade favoreceu o direcionamento do magistério para uma atuação feminina, reforçando estereótipos de gênero que, ao longo do tempo, marginalizaram a presença masculina. Este processo, junto à uma combinação de outros fatores históricos, resultou na predominância da mulher na prática docente e, por consequência, no apagamento progressivo da imagem do pedagogo – que, historicamente no professorado, o homem já ocupou lugar de protagonismo.

O presente trabalho também aponta para a necessidade de ampliar o debate no campo acadêmico e científico acerca da (não) participação masculina na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como, de quais sujeitos também enfrentam dificuldades diante destes estereótipos. Portanto, há um espaço significativo para aprofundar análises sobre as implicações sociais, culturais e institucionais dessa invisibilidade.





Sendo assim, esta pesquisa se configura como um ponto de partida para futuras abordagens empíricas e interdisciplinares, que possam contribuir para a temática, considerando os atravessamentos de gênero e identidade. Tal discussão se mostra essencial não apenas para enriquecer o campo da Educação, mas também para provocar transformações sociais que garantam a pluralidade de sujeitos na prática docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

CALDAS, Iandra Fernandes. **História da profissão docente no Brasil: debates e representações**. E-book VII CONEDU 2021, v. 2, p. 1668-1690. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/82197>>. Acesso em: 14 de junho de 2025.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre Iniciação à Pesquisa Científica**. Campinas, Sp: Editora Alínea, 2001. 79 p.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997. 179 p.

RABELO, Amanda Oliveira; MARTINS, António Maria. A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério. **Anais do VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação**. Aveiro, p. 6167-6176, 2010. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/556AmandaO.Rabelo.pdf>>. Acesso em: 14 de junho de 2025.

TANURI, Leonor Maria. História da Formação de Professor. **Revista Brasileira de Educação**: n. 14, p. 61-88, mai./jun./jul./ago., 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05.pdf>>. Acesso em: 14 de junho de 2025.

YANNOULAS, S. C. Acerca de cómo las mujeres llegaron a ser maestras. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 73, p. 497-521, 1992. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/370/376>>. Acesso em: 14 de junho de 2025.

YANNOULAS, Silvia. FEMINIZAÇÃO OU FEMINILIZAÇÃO? APONTAMENTOS EM TORNO DE UMA CATEGORIA. **Temporalis**, Brasília (Df), v. 11, n. 22, p. 271-292, jul./dez., 2011.

